

ACÚMULO E DESCARTE INADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: ESTUDO DE CASO NO PARQUE ARY BARROSO (RJ).

DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/conresol.9.26.IV-017>

Pammela Primo de Oliveira Silva , Luiggia Girardi Bastos Reis de Araújo, Penha Faria da Cunha, Ana Ghislane Henriques Pereira van Elk (*)

*Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e anaghislane@eng.uerj.br

RESUMO

O Parque Ary Barroso, na Penha Circular (RJ), enfrenta sérios desafios de gestão, manutenção e descarte inadequado de resíduos. Essa situação reflete uma realidade nacional de má gestão de resíduos sólidos e ilustra um cenário de racismo e injustiça ambiental, no qual grupos historicamente marginalizados em áreas periféricas sofrem mais intensamente com a degradação do ambiente. O objetivo desse estudo foi descrever a situação do acúmulo e do descarte ambientalmente inadequado de resíduos sólidos no parque, relacionando a precarização deste espaço ao racismo ambiental e aos impactos socioambientais vivenciados pelas comunidades do entorno. A investigação consistiu em uma pesquisa qualitativa de campo, com caráter exploratório-descritivo, desenvolvida entre novembro de 2025 e março de 2026. A metodologia incluiu levantamento bibliográfico e observação sistemática não participante, registrada fotograficamente ao longo de cinco visitas técnicas, para avaliar a infraestrutura, a limpeza e o uso do espaço. Constatou-se o descarte irregular de diversas tipologias de resíduos (plásticos, entulhos da construção civil, orgânicos, perfurocortantes) e uma infraestrutura de coleta insuficiente ou depredada. Há também falhas de drenagem que propiciam focos de mosquitos transmissores de doenças, além da deterioração da vegetação e do abandono de áreas com importância arqueológica. Apesar do abandono pelo Estado, o Parque ainda é um espaço de resistência, com forte protagonismo da comunidade local, que atua de forma não oficial através de mutirões de limpeza, atividades culturais e vigilância socioambiental para preservar o território. A degradação e o descarte inadequado de resíduos no Parque Ary Barroso evidenciam fragilidades estruturais na gestão urbana e reforçam a desigualdade socioespacial. Embora a mobilização e a resistência da comunidade sejam essenciais para a manutenção do espaço, a sustentabilidade do parque depende fundamentalmente de políticas públicas integradas e da atuação do Estado para garantir à população periférica o direito a um ambiente saudável e seguro.

PALAVRAS-CHAVE: Limpeza Urbana, Protagonismo Comunitário, Injustiça Ambiental, Área Verde Urbana.

ABSTRACT

The Ary Barroso Park, located in Penha Circular, Rio de Janeiro, is facing serious challenges related to management, maintenance, and inadequate waste disposal. This situation reflects the nationwide reality of poor solid waste management and illustrates a scenario of environmental racism and injustice, in which historically marginalized groups in peripheral areas suffer the most from environmental degradation. This study aimed to describe the accumulation and environmentally inappropriate disposal of solid waste in the park, and relate the deterioration of this space to environmental racism and the socioenvironmental impacts experienced by surrounding communities. The investigation consisted of qualitative, exploratory-descriptive field research conducted between November 2025 and March 2026. The methodology included a literature review and systematic non-participant observation, documented photographically during five technical visits to assess the infrastructure, cleanliness, and use of the space. The study revealed illegal waste disposal of various types (plastics, construction debris, organic waste, sharps) and insufficient or vandalized waste collection infrastructure. Drainage failures promote breeding areas for disease-carrying mosquitoes and contribute to the deterioration of vegetation and the abandonment of areas of archaeological importance. Despite governmental neglect, the park remains a space of resistance with strong local community leadership. The community acts informally through cleanup efforts, cultural activities, and socioenvironmental monitoring to preserve the area. The degradation and improper disposal of waste in Ary Barroso Park highlight structural weaknesses in urban management and reinforce socio-spatial inequality. While community mobilization and resistance are crucial for maintaining the park, its sustainability fundamentally depends on integrated public policies and state action to ensure the peripheral population's right to a healthy and safe environment.

KEY WORDS: Urban Cleaning, Community Engagement, Environmental Injustice, Urban Green Space.

INTRODUÇÃO



CURITIBA/PR - 05 a 07 de Maio de 2026

9º CONRESOL

9º Congresso Sul-Americano
de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade



Localizado no bairro da Penha Circular, no município do Rio de Janeiro, o Parque Ary Barroso foi o primeiro parque urbano criado no subúrbio do município, no ano de 1964 e é consolidado historicamente como um relevante espaço de lazer e convivência comunitária no subúrbio. Seu tombamento ocorreu em 1965, pelo atual Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). O tombamento ocorreu com a justificativa de preservar a área para as futuras gerações. No dia 26 de setembro de 1965, ocorreu a inauguração do Parque Ary Barroso, concomitantemente com a inauguração do Parque Lage (Jardim Botânico, Zona Sul do município). No mesmo ano ocorreu também a comemoração dos 400 anos da cidade do Rio de Janeiro (Pereira, 2022).

O Parque Ary Barroso atualmente enfrenta desafios no âmbito da gestão, como preservação das espécies da flora e ocupação do espaço, manutenção precária das áreas verdes, iluminação insuficiente, descarte inadequado de resíduos e tornou-se moradia para pessoas em situação de rua. Por volta de quize anos atrás, foi transformado num estacionamento e depósito de veículos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, bem como foi instalada uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) pela Prefeitura do Rio.

Os problemas do parque são um retrato do país que ainda dispõe inadequadamente cerca de 40% dos resíduos sólidos urbanos (RSU) em lixões e aterros controlados. Ao mesmo tempo que aproximadamente 4,4 milhões de toneladas de RSU foram queimadas a céu aberto no mesmo local de geração ou em locais próximos às propriedades de origem, enquanto 6,3% total de RSU gerado sequer foi coletado pelo sistema de limpeza urbana em 2024 (ABREMA, 2025).

As assimetrias no planejamento urbano, aliadas à distribuição desigual de infraestrutura de saneamento e à insuficiência de políticas públicas, comprometem severamente a conservação ambiental em territórios vulneráveis. Observa-se que os impactos ambientais decorrentes da gestão inadequada de resíduos sólidos não se distribuem de forma homogênea pelo espaço urbano. Consequentemente, grupos historicamente marginalizados e negligenciados pelo Estado são desproporcionalmente onerados pela poluição e pela deterioração de seu ambiente. Essa dinâmica de exclusão estrutural fundamenta-se no conceito de racismo ambiental, caracterizado como mecanismo de segregação socioespacial que impõe a grupos historicamente marginalizados e às minorias étnicas o fardo da deterioração de seus territórios (Acsehrad; Mello; Bezerra, 2009; Jornal USP, 2021)

As áreas verdes no interior das zonas urbanas desempenham papel fundamental na provisão de serviços ecossistêmicos e são reconhecidos na literatura como elementos essenciais da infraestrutura verde das cidades. Entretanto, para que esses benefícios se mantenham ao longo do tempo é indispensável que tais áreas estejam associadas a planos permanentes de manejo e manutenção, com recursos assegurados nos orçamentos públicos e integração com os serviços municipais, especialmente com o sistema de limpeza urbana, responsável pela remoção de resíduos e pela conservação cotidiana desses espaços. No contexto brasileiro, o planejamento urbano ainda enfrenta desafios significativos para integrar adequadamente as áreas verdes às dinâmicas de uso e ocupação do solo e desenvolver estruturas institucionais e financeiras estáveis que garantam sua conservação, monitoramento e manutenção contínua (Corrêa; Batista; Brito, 2025).

Essa dinâmica de precarização e falta de estrutura não é exclusiva do cenário brasileiro, refletindo um padrão comum em outros países em desenvolvimento. Em Gana, por exemplo, dinâmicas semelhantes de negligência fazem com que o descarte inadequado de resíduos transforme parques e áreas verdes em verdadeiros depósitos de lixo. Tal degradação acarreta severos riscos à saúde pública local, como a proliferação de mosquitos vetores de doenças, acidentes com materiais cortantes e o agravamento de problemas respiratórios. Assim, como no contexto das periferias brasileiras, essa situação ilustra um quadro de injustiça ambiental, materializado pela distribuição desigual de serviços urbanos, uma vez que os bairros mais ricos são privilegiados com maior cobertura de coleta de resíduos, enquanto as áreas vulneráveis arcam com o ônus da poluição (Mahama, 2025).

OBJETIVOS

A presente pesquisa teve como objetivo descrever a situação do descarte e do acúmulo ambientalmente inadequado de resíduos sólidos no Parque Ary Barroso, localizado no bairro da Penha Circular (RJ), relacionando a precarização do espaço a episódios de injustiça e racismo ambiental e aos impactos socioambientais para as comunidades do entorno.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa de campo, de caráter exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de estudo de caso no Parque Ary Barroso, localizado na Penha Circular (RJ). A investigação foi realizada no período de novembro de 2025 a março de 2026 e contemplou levantamento bibliográfico e trabalho de campo.

O trabalho de campo compreendeu observação sistemática não participante das condições de infraestrutura, manutenção, limpeza periódica, periodicidade da coleta de resíduos pela Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb) e ocorrência de descarte inadequado de resíduos sólidos. Adicionalmente, a investigação englobou a análise do local como patrimônio arqueológico, avaliando o estado de conservação das três áreas previamente delimitadas pelo INEPAC, a verificação de vestígios históricos e o impacto do acúmulo de resíduos sobre a integridade desses sítios. O levantamento metodológico também contemplou as ações da comunidade usuária, mapeando o protagonismo e as práticas de resistência de coletivos locais para melhoria das condições de conservação da área. Todas as etapas da pesquisa de campo contaram com registros fotográficos para fins de documentação e análise qualitativa. As visitas técnicas foram realizadas em meses distintos: 30/11/2025; 13/12/2025; 31/01/2026; 05/02/2026; e 19/03/2026, para possibilitar captura de diferentes condições e paisagens do Parque Ary Barroso. Os dados coletados durante as visitas técnicas estão no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de análise e procedimentos de coleta de dados em campo

Dados coletados	Descrição
Racismo Ambiental no Complexo da Penha	Análise de bibliografia a respeito de temas: Ocupação do espaço do bairro da Penha, racismo ambiental e injustiça ambiental
Descarte Inadequado de Resíduos e seus Impactos	Contextualização bibliográfica a respeito da geração de resíduos no Brasil
Tipos de resíduos coletados	Caracterização qualitativa dos resíduos sólidos encontrados em: resíduos sólidos recicláveis, rejeitos, orgânicos, resíduos de construção civil e demolição, resíduos de serviço de saúde, resíduos perigosos (medicamentos e resíduos eletroeletrônicos)
Avaliação das condições estruturais do parque	Vistoria técnica, com registro fotográfico e análise do estado de conservação da infraestrutura, mobiliário urbano, equipamentos de lazer, trilhas, iluminação e sistemas de drenagem
Deterioração das áreas de vegetação do parque	Caracterização da atual situação das atividades de poda e supressão vegetal realizadas no parque
Áreas arqueológicas presentes no local: ausência de conservação, de pesquisa e acúmulo de resíduos sólidos	Caracterização das áreas arqueológicas definidas previamente pelo INEPAC.
Avaliação da estrutura de manejo de resíduos sólidos	Observação da disponibilidade, distribuição e estado de conservação das lixeiras, a existência de segregação para recicláveis, a frequência de coleta e a integração com o sistema municipal de limpeza urbana
Comunidade usuária	A avaliação do perfil dos usuários do parque foi realizada por meio de observação do nível de uso do espaço, os tipos de atividades desenvolvidas pelos usuários e a presença de grupos em situação de vulnerabilidade social.

Fonte: as autoras (2026)

Os dados foram organizados e examinados por meio de análise qualitativa exploratória, buscando identificar padrões de degradação ambiental e sua interface com a gestão pública em território periférico.

RESULTADOS

Racismo Ambiental no Complexo da Penha

A região da Penha, no município do Rio de Janeiro, possui um histórico de ocupação marcado pela presença de povos originários e, posteriormente, por pessoas negras. No período pré-colonial, o território era tradicionalmente habitado por indígenas da etnia tupinambá (tamoios), distribuídos pela Baía de Guanabara (Fórum, 2025). Posteriormente, durante o período colonial e pós-colonial, a região passou a receber um número crescente de pessoas negras em situação de escravização e, mais tarde, libertas, consolidando-se como um território de forte presença da população negra. Registros históricos indicam que áreas como a atual Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, chegaram a ser conhecidas como Quilombo da Penha, evidenciando a ocupação e a organização dessas populações no território (Voz das Comunidades, 2017). Com a expansão urbana do Rio de Janeiro, a região da Penha sofreu diversas transformações ambientais, incluindo aterros que eliminaram manguezais e praias anteriormente existentes na região. De maneira oposta ao que



CURITIBA/PR - 05 a 07 de Maio de 2026

9º CONRESOL

9º Congresso Sul-Americano
de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade



ocorreu em áreas mais valorizadas da cidade, como os aterramentos na Zona Sul, essas intervenções ocorreram sem a preservação das características naturais do território, contribuindo para desigualdades socioambientais historicamente construídas (Pereira, 2022).

Em decorrência do planejamento urbano excludente, fica evidente que os impactos ambientais negativos não se distribuem de forma uniforme pelo território da cidade. Pelo contrário, o fardo da poluição e da falta de infraestrutura atinge de maneira desproporcional e contínua as populações periféricas e historicamente marginalizadas. Essa profunda assimetria socioespacial não ocorre ao acaso, mas materializa o que a literatura consagra como racismo ambiental. Sendo assim, compreende-se esse cenário estrutural como o “processo de discriminação que populações periféricas ou compostas de minorias étnicas sofrem através da degradação ambiental” (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009).

Tipos de resíduos coletados

No Parque Ary Barroso, foi registrada uma maior concentração de resíduos descartados de forma irregular na porção superior, próxima ao acesso à comunidade da Caixa d'Água. Nesse setor, foram identificadas múltiplas tipologias de resíduos (plásticos, papelão, entulhos da construção civil, materiais perfurocortantes, têxteis, embalagens, eletroeletrônicos, madeira, espumas e resíduos orgânicos) confirmando as falhas nos sistemas de manejo e fiscalização (Figura 1a). Dessa forma, o acúmulo de resíduos sólidos urbanos no local não apenas compromete a integridade ecológica do parque, como também atua como um vetor de riscos à saúde pública, evidenciando que os impactos dessa precarização podem afetar a dinâmica social e a qualidade de vida da comunidade marginalizada (Corrêa; Batista; Brito, 2025).

No interior do parque foram identificados um total de quatro coletores de resíduos da COMLURB, do tipo individual e com suporte, na cor laranja, com volume de 50L, para descarte dos resíduos gerados pelos frequentadores do local (Figura 1).

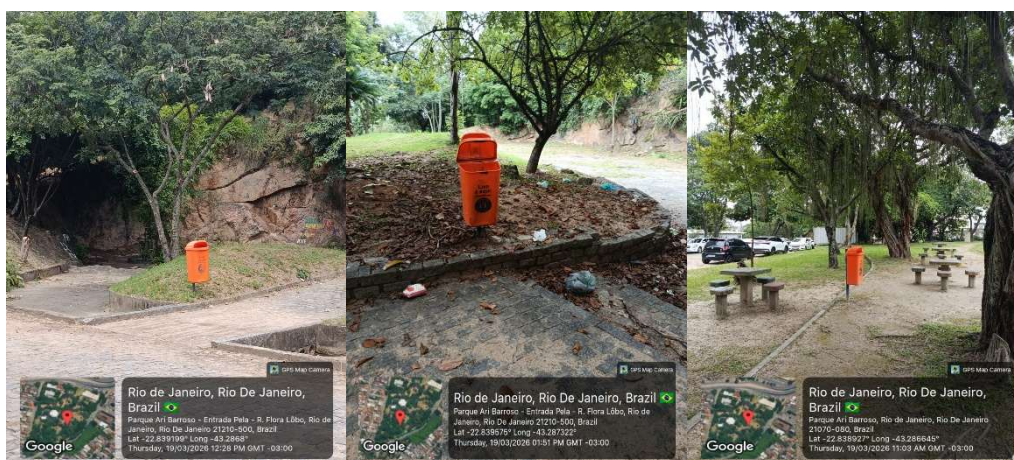


Figura 1 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a) coletores presentes no Parque Ary Barroso.

Nas áreas internas da Arena Dicró, da UPP e do CRAS, observou-se a presença de coletores e carrinhos destinados ao acondicionamento temporário de resíduos. Durante a visita de campo, esses espaços apresentavam-se limpos e organizados conforme Figura 2.

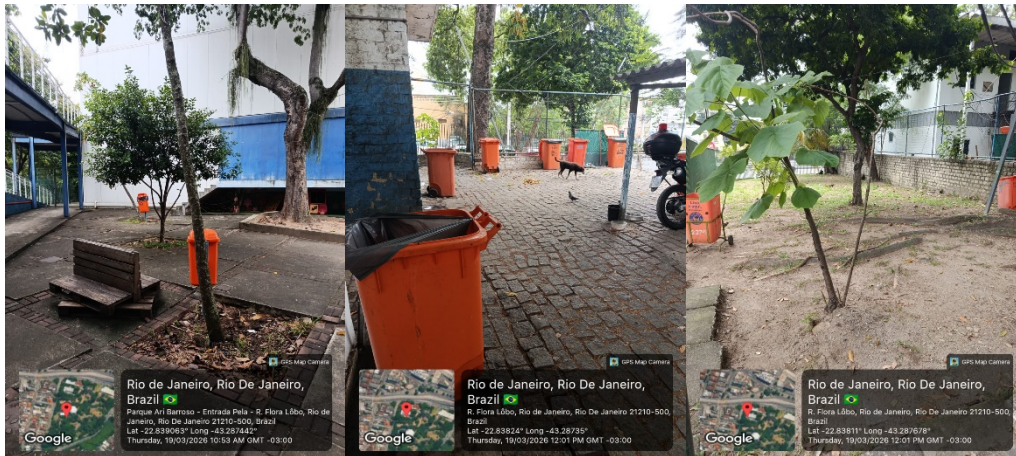


Figura 2 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a) coletores na Arena Dicró; (b) coletores na UPP; (c) coletores no CRAS.

Avaliação das condições estruturais e de conservação do parque

No Parque Ary Barroso também foram identificadas áreas com acúmulo rotineiro de águas pluviais, onde percebe-se o desenvolvimento de lodo e com focos de larvas, demonstrando falha na drenagem e concomitantemente propiciando a proliferação de animais vetores de arboviroses como *Aedes aegypti*, que transmite por exemplo doenças como a dengue, a chikungunya, zika e febre amarela (Figuras 3b e 3c).

Esses fatores contribuem para acentuar a vulnerabilidade da população do entorno e representa risco à saúde pública, visto que o Parque é cercado pela comunidade da Caixa D'Água que está inserida no Complexo da Penha, um conjunto de 13 favelas presentes na Serra da Misericórdia, local que abriga remanescentes da Mata Atlântica e onde residem aproximadamente 110.000 habitantes (Pereira, 2022). A região é marcada pela distribuição irregular de água potável para a população, fator que altera a qualidade de vida da população negativamente, aumentando os riscos de contágio por doenças infectocontagiosas.

Além desses fatores, a região é conhecida pelos intensos conflitos entre polícia e narcotráfico, amplamente divulgados pela mídia, nos quais as incursões são realizadas de modo a descumprir direitos humanos fundamentais, sem levar em consideração o que assegura a Constituição de 1988 (Pereira, 2022).

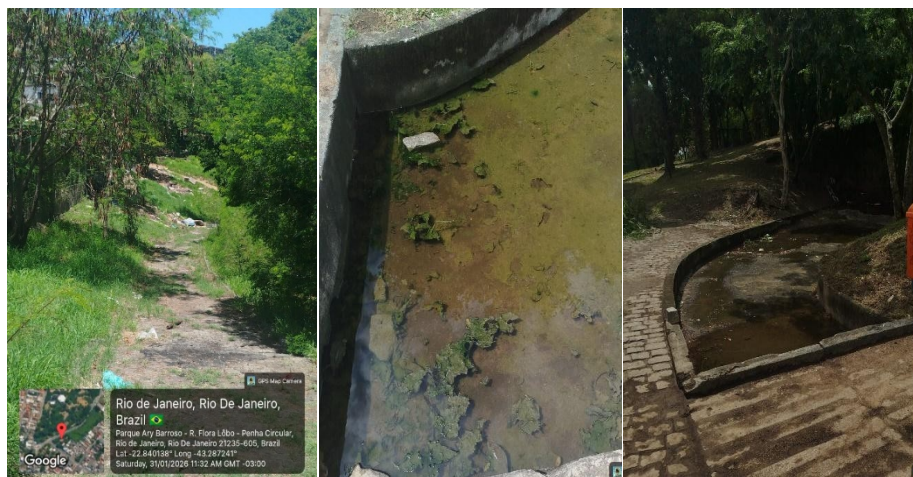
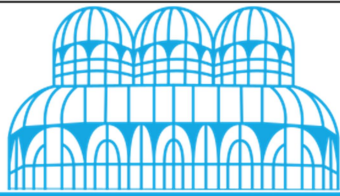


Figura 3 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a) descarte inadequado de resíduos; (b) poças com focos de larvas; (c) problemas de drenagem no parque.

Foi identificado que o Parque não passa por poda de gramado em toda a sua extensão (Figuras 4a e 4b) ocorrendo apenas na parte baixa de maneira esporádica. Essa realidade contribui para o acúmulo de resíduos e a atração de animais vetores de doenças, principalmente no período do verão, considerando as altas temperaturas registradas na capital do Rio de Janeiro. A ineficiência desse serviço público foi registrada em 05/02/2026: embora garis da COMLURB tenham realizado uma limpeza na clareira da porção inferior do parque, nenhuma atividade de poda foi executada no local (Figura 4c).



CURITIBA/PR - 05 a 07 de Maio de 2026

9º CONRESOL

9º Congresso Sul-Americano
de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade



Figura 4 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a) gramado alto com resíduos misturados, na parte superior do parque; (b) gramado alto no parque; (c) garis realizando limpeza na parte baixa do parque.

Deterioração das áreas de vegetação do parque

A gestão da vegetação no Parque Ary Barroso exige um cuidado especial em relação às práticas de poda e remoção, especialmente devido ao seu status de tombamento. Essas ações, embora comuns no manejo de árvores urbanas em logradouros, devem respeitar inventário florístico do parque, bem como respeitar a legislação pertinente. A poda deve ser realizada de maneira correta, limitando-se à manutenção da saúde dos indivíduos arbóreos e a redução dos riscos, evitando podas drásticas que possam afetar o estado fitossanitário das espécies. A remoção de uma árvore é uma medida que exige necessidade técnica que indique risco ou inviabilidade biológica do indivíduo em questão. Contudo, nota-se que ocorreram supressões no parque, o que culmina num estado de degradação e perda das características do local, alterando sua integridade ecológica, estética e histórica. É importante salientar que o parque já possui um censo arbóreo, com mapeamento das espécies e quantidade de indivíduos, bem como a sua distribuição. No entanto, em vistas das intervenções como as podas, a construção da Arena Dicró e a UPP, é crucial a realização de novo inventário florístico, permitindo uma reavaliação do atual estado das espécies presentes no local (Rodrigues, 2021).

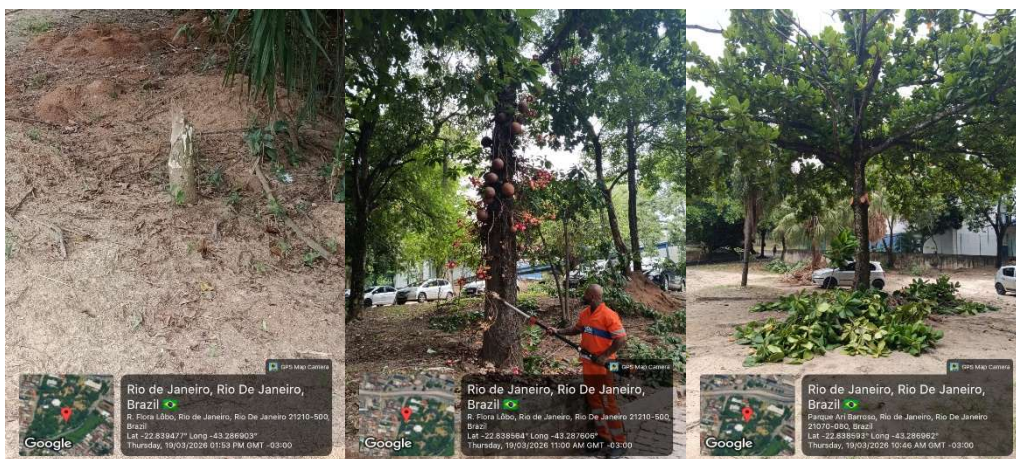


Figura 5 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a) tronco de indivíduo suprimido; (b) realização de poda pela COMLURB; (c) resíduos oriundos da poda.

Áreas arqueológicas presentes no local: ausência de conservação, de pesquisa e acúmulo de resíduos sólidos

De acordo com o INEPAC, foram identificadas 3 áreas arqueológicas no Parque Ary Barroso. No trabalho de identificação, foram encontrados materiais diversos como material malacológico, vítreo, metálico, e cerâmica do Século XIX. Especialmente na área Arqueológica 2, localizada na encosta do parque, às margens da escada, foram encontradas muitas conchas, que podem indicar presença de populações ou mesmo que o material era usado como matéria prima em construções (Pereira, 2022).

Em visita de campo realizada no dia 19 de março de 2026, foi encontrado material malacológico nas três áreas, conforme Figura 6.



Figura 6 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a, b) material malacológico encontrado na Área Arqueológica 1; (c, d) material malacológico encontrado na Área Arqueológica 2.

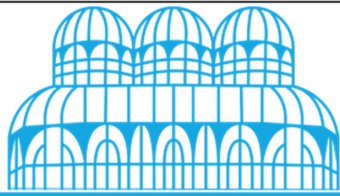
Na Área Arqueológica 1, localizada no entorno da Arena Dicró, não foram identificados artefatos como os citados por INEPAC. Verificou-se ainda a presença de pouco material malacológico, conforme ilustrado na Figura 6. A área apresenta acúmulo de folhas caídas, além da existência de tubulação aberta, com aspecto de efluente, associada ao acúmulo de água e resíduos sólidos no local.



Figura 7 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a, b) tubulação de efluente sem vedação e com resíduos acumulados.

A Área Arqueológica 3, que está situada entre a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a base da Polícia Militar, encontra-se em condições precárias, com graves problemas relacionados à sua limpeza. Não foram encontrados indícios de material arqueológico no local. Em compensação, observou-se a presença de resíduos sólidos descartados de maneira imprópria, como plásticos, entulhos de obra, fraldas descartáveis, isopor, pedaços de madeira, materiais metálicos, garrafas e objetos pessoais.

De maneira geral, as Áreas Arqueológicas do parque apresentam-se em estado insatisfatório de conservação, sem pesquisas em andamento e com ausência de iniciativas efetivas de preservação por parte dos órgãos competentes. Observou-se, ainda, que o descarte inadequado de resíduos sólidos ocorre de maneira recorrente nas áreas arqueológicas, o que pode comprometer a integridade do material e contribuir para o descarte do material, uma vez que tais vestígios podem ser confundidos com resíduos e serem recolhidos como lixo. Esse abandono dos sítios arqueológicos já tinha sido denunciado por moradores e o INEPAC foi oficiado pela Defensoria Pública em 2020 (INEPAC, 2020). No entanto, o estado de abandono permanece, como verificado nos registros desse estudo.



CURITIBA/PR - 05 a 07 de Maio de 2026

9º CONRESOL

9º Congresso Sul-Americano
de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade



Figura 8 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a) área arqueológica 2 sem limpeza e conservação; (b, c, d, e, f) área arqueológica 3 sem limpeza e conservação.

Avaliação da estrutura de manejo de resíduos sólidos

O Parque Ary Barroso também passa por problemas em suas estruturas. No trabalho de campo notou-se que as grades e muros que cercam o parque sofreram deprecação, tendo sido abertas passagens no local. Foi observado ainda que foram instalados contêineres na calçada que margeia o parque na parte alta, com objetivo de acondicionar os resíduos. Entretanto, os equipamentos passam a maior parte do tempo abertos e expõem que sua capacidade não é suficiente para abarcar todo o volume de resíduos descartados na área, ocasionando consequente acúmulo no interior do parque, na calçada e na via (Figuras 9a e 9b).



Figura 9 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a) contêineres na calçada do parque (b) resíduos no interior do parque e grades retiradas; (c) resíduos da construção civil descartados de forma ambientalmente inadequada.

É importante destacar o impacto visual que os contêineres e o acúmulo de resíduos causam nas proximidades de uma área protegida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Esses elementos, além de prejudicarem a estética do ambiente, resultam em um acúmulo irregular de resíduos ao redor. Sena (2019) abordou a degradação da Rua dos Romeiros, mencionando a poluição visual gerada por anúncios e pelo descarte incorreto de resíduos, alterando e descaracterizando a paisagem urbana.

A vistoria no parque revelou, ainda, a sua ocupação por indivíduos em situação de rua submetidos a um quadro de extrema vulnerabilidade. Essa dinâmica, recorrente em diversas áreas verdes do Rio de Janeiro, é o reflexo direto das profundas desigualdades socioespaciais que marcam o entorno do Parque Ary Barroso. Para examinar essa realidade de forma adequada, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva ética e humanizada que afaste a estigmatização desses sujeitos sociais. Contudo, essa abordagem deve caminhar lado a lado com políticas públicas eficazes, capazes de solucionar os impasses gerados pela precarização sanitária e garantir a conservação ambiental do território (Rio de Janeiro, 2015).

Comunidade usuária

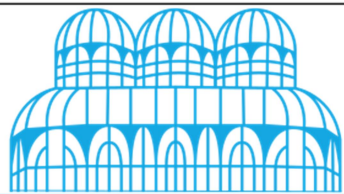
Diante da ineficácia das políticas públicas, uma parcela significativa das ações de cuidado do Parque Ary Barroso passou a ser exercida pela própria comunidade. Como desdobramento dessas práticas de resistência e apropriação territorial, nota-se a consolidação de redes comunitárias que operam de forma contínua na vigilância socioambiental da área. Coletivos organizados e já enraizados no local, a exemplo do Parque Ary Barroso Livre e da Sociedade dos Poetas Leopoldinenses, desenvolvem atividades constantes que englobam mutirões de limpeza, além de ações culturais, educativas e esportivas. Somado a isso, esses grupos assumem a frente na denúncia do descarte irregular de resíduos, da deterioração das áreas verdes e da crônica inércia das autoridades. Tais mobilizações configuram um autêntico modelo de gestão não oficial do espaço, escancarando as falhas estruturais na administração ambiental e urbana.

Neste cenário, a participação ativa da comunidade deve ser analisada sob a perspectiva do racismo ambiental. A sistemática negligência das instituições em relação a regiões marginalizadas e predominantemente habitadas por grupos historicamente fragilizados resulta em uma sobrecarga desses territórios. Para garantir a preservação mínima de seu ambiente, a população local acaba sendo compelida a assumir, de maneira informal, os ônus e as responsabilidades de zeladoria que são deveres do Poder Público. No estudo de Mahama (2025), as comunidades do entorno, Dondoli, Mangu, Dokpong e Bamahu, também assumem o papel do Estado para limpar e organizar as áreas verdes comunitárias.

Cabe salientar a natureza educativa e política dessas intervenções, que servem como divulgação de conhecimentos locais e estímulo ao sentimento de pertencimento. Grande parte dessas ações é realizada por residentes do entorno com formação em diversas áreas de conhecimento, como Direito, Jornalismo, Artes plásticas, Educação, Gestão Ambiental, que se envolvem ativamente na conservação e cuidado do parque. Essa mobilização é qualificada, com mão de obra formada, pois esses profissionais aplicam seus conhecimentos técnicos em benefício da comunidade, promovendo atividades educativas, culturais e campanhas de conscientização ambiental.

Adicionalmente, nota-se que a disponibilização espontânea e sem custos de várias atividades profissionais, abrangendo práticas esportivas e culturais, favorecem uma ocupação construtiva do espaço. Essa abordagem ressalta uma dinâmica onde a comunidade assume, de forma não remunerada, funções que deveriam ser exercidas pelo governo, o que evidencia a carência do Estado em oferecer serviços básicos de manutenção, lazer e Educação Ambiental.

Nesse contexto, o Projeto Luxo do Lixo, do Complexo da Penha, realizou em 31 de janeiro de 2026 uma ação socioambiental no parque, com distribuição de cestas básicas e mais um mutirão de limpeza, atividade organizada para enfrentar o acúmulo de resíduos sólidos. Além disso, em 13 de dezembro de 2025 foi celebrado o aniversário do parque



CURITIBA/PR - 05 a 07 de Maio de 2026

9º CONRESOL

9º Congresso Sul-Americano
de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade



com atividades culturais e esportivas, como apresentações musicais, demonstrações de Kung Fu, capoeira, rituais indígenas e um sarau literário, evidenciando o protagonismo comunitário na valorização e ressignificação do espaço como local de convivência e cultura.



Figura 10 – Registros das visitas técnicas realizadas no parque: (a) Usuários do parque realizando um mutirão de limpeza.

CONCLUSÕES

No Parque Ary Barroso, o acúmulo e o descarte inadequado de resíduos sólidos constituem um problema persistente que ultrapassa a dimensão ambiental, refletindo fragilidades estruturais na gestão urbana e na implementação de políticas públicas voltadas à preservação de áreas verdes em territórios periféricos. As observações de campo demonstraram que a presença recorrente de resíduos de diferentes naturezas e deficiências na infraestrutura e manejo de resíduos são fatores que contribuem para a degradação ambiental do parque e para a ampliação de riscos à saúde pública da população do entorno. Nesse contexto, a precarização das condições de manutenção do espaço revela a desigualdade na distribuição de serviços urbanos e reforça a relação entre degradação ambiental e injustiça socioespacial, fenômeno frequentemente associado ao racismo ambiental nas cidades brasileiras.

Apesar desse cenário de vulnerabilidade, o estudo também evidencia o protagonismo da comunidade local na defesa e na reocupação do parque, por meio de mutirões de limpeza, atividades culturais e iniciativas que reafirmam o valor simbólico e coletivo desse espaço público. Tais práticas demonstram que, mesmo diante do abandono institucional, a população mobiliza estratégias de cuidado e resistência que contribuem para a preservação do território. Contudo, para que essas iniciativas alcancem resultados duradouros, torna-se fundamental o fortalecimento da atuação do poder público por meio de políticas integradas de gestão de resíduos e valorização das áreas verdes urbanas. A recuperação do Parque Ary Barroso, nesse sentido, depende da articulação entre poder público, comunidade e políticas urbanas inclusivas que assegurem o direito ao ambiente saudável e ao acesso equitativo aos espaços de lazer e convivência nas periferias urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE (ABREMA). Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2025. São Paulo: ABREMA, 2025. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/panorama/>. Acesso em: 25 fev. 2026.
2. ACSELRAD, H.; MELLO, C. A. C.; BEZERRA, G. N. O que é Justiça Ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 156p.
3. CORRÊA, B. A.; BATISTA, M. S.; COSTA, H. B. Descarte irregular de resíduos sólidos em parque natural urbano: impactos e desafios para a conservação. In: CONGRESSO SUL-AMERICANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUSTENTABILIDADE (CONRESOL), 8., 2025, Foz do Iguaçu. Anais [...]. Bauru, SP: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais (IBEAS), 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/conresol.8.25.IV-015>

4. JORNAL USP. Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>
5. INSTITUTO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. Ofício/ INEPAC s/n / 2020. Dados Complementares Sobre Parque Ary Barroso. 4ª Promotória de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Capital. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2020.
6. MAHAMA, A. The impact of waste management on green spaces and community well-being: a case study of Wa Municipality, Upper West, Ghana. 2025. Thesis (Master of Science in Environmental Science and Policy) – Clark University, Worcester, 2025.
7. PEREIRA, T. M. T. Parque Ary Barroso: memória e relação com o espaço público. Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: <https://ppcultuff.com/wp-content/uploads/2025/03/19-Tatiana-Maria-Parque-Ary-Barroso-memorias-e-relacao-com-o-espaco-publico-Banca-de-Defesa.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2026.
8. REVISTA FÓRUM. A guerra esquecida do Brasil: uma história da resistência indígena no Rio de Janeiro. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/historia/a-guerra-esquecida-do-brasil-uma-historia-da-resistencia-indigena-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 02 mar. 2026.
9. RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). A tutela da população em situação de rua: cartilha de orientação. Rio de Janeiro: MPRJ, 2015. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/25421/cartilha_tutela_populacao_situacao_rua_para_grafica_2.pdf
10. . Acesso em: 9 abr. 2026.
11. RODRIGUES, G. N. A. Cartografia afetiva da Penha: por uma história outra do subúrbio carioca. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
12. SENA, P. P. S. Poluição visual na Rua dos Romeiros – Bairro da Penha – Rio de Janeiro/ RJ. Centro Federal De Educação Tecnológica Celso Suckow Da Fonseca – Cefet/Rj, 2019.
13. VOZ DAS COMUNIDADES. Complexo da Penha: Como tudo começou. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://vozascomunidades.com.br/favelas/complexo-da-penha/complexo-da-penha-como-tudo-comecou/>. Acesso em: 24 fev. 2026.